



a preencher pelos serviços

data de entrada:

N.º:

1. Identificação do Requerente

1.1. Nome

Tiago Augusto Teixeira de Azevedo Bensusan

1.2 Bilhete Identidade /
Cartão Cidadão

C.C. - 06537105

1.3 Identificação
Fiscal

C.F. nº 123 266 017

1.4 Morada

Urbanização Boca do Rio – Lote 7 – 103
Mexilhoelra da Carregação
8400 – 147 Estombar – Lagoa - Algarve

1.5 Endereço eletrónico

tiago.bensusan@sapo.pt

1.6 Contacto
telefónico

917 60 53 02

2. Local de consulta do Plano

2.1 Internet

☒

2.2 Divisão de Planeamento

☒**3. Identificação da Sugestão / Reclamação**

3.1 Freguesia

Ambito Geral

3.2 N.º Processo na
Câmara
(se aplicável)**4. Elementos em anexo**

4.1 Planta de localização



4.2 Outros (indique quais)

Recebi de aa 5.08.2013
20:35h

5. Observação

☐

Sugestão

☒

Reclamação

☒

Pedido de esclarecimento

☐

(Efetuada no âmbito da discussão pública da proposta da 1ª revisão do PDM de Coimbra, em conformidade com o disposto no artigo 77º do D.L. nº 380/99, de 22 de setembro, na redação que lhe foi conferida pelo D.L. nº 46/2009, de 20 de fevereiro)

Ao Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra,

Considerando-se que e dentro do denominado espaço abrangido pela Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 1, que em termos do seu uso - que decorre da Classificação e Qualificação do Solo, abrangido por esta área, seja ele classificado por zonas residenciais (R1, R2, R3 ou R4), de Equipamento, de Areas Verde de Recreio e Lazer, etc todos eles independentemente do seu uso e potencial de construção contribuem para o desenvolvimento urbano.

Assim sendo e julgo que isto terá a unanimidade de todos e por força de se estabelecer uma equidade imparcial, nomeadamente no valor do solo e para que a aplicação dos mecanismos de perequação tenham esta base e também para que se possa despultar / motivar a cedência de espaços necessários para o bom desenvolvimento urbanístico da cidade e do seu uso, vem-se propor uma nova redação ao mencionado no Artigo 95.º do Regulamento do Plano Director Municipal – 1ª revisão, o seguinte :

Esboço da Proposta de alteração ao Artigo 95.º.

- 1º No espaço abrangido pela Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 1 tenha esta a classificação que tiver, a capacidade / índice a ficar na posse do promotor será sempre igual a 0,45 x a área de terreno.
- 2º Caso a área / o espaço de terreno não admita o total de edificabilidade decorrente da aplicação do índice de = 0,45 sobre a área do terreno, a ficar na posse do promotor, o remanescente desta capacidade construtiva total ou parcial a ficar na posse do promotor, terá de ser utilizado em outros locais, a estabelecer nos mecanismos de perequação.
- 2ªa Podendo esta capacidade construtiva / o remanescente ser utilizado em outras áreas objecto de loteamento, com a intervenção dos mecanismos de perequação.

- 3º Sempre que o potencial urbanístico que decorre da aplicação dos índices (diversos), que o promotor / proprietário se obriga a aplicar / esgotar na operação de loteamento, seja superior ao índice de 0,45 sobre a área do terreno e a ficar na posse do promotor, este obriga-se :

- a) A ceder em forma de lote ou lotes com a capacidade excedente para domínio privado da Câmara os referidos lotes.
- b)
- c)

Muito Respeitosamente

Pede Deferimento

Tiago Augusto Teixeira de Azevedo Bensusan

Data: 05 de Agosto de 2013

Assinatura.

Illegível